

ANEXO 3 – ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DA FROTA

1. Caderno de Frota

O caderno de frota apresenta as condições gerais às quais os veículos devem atender; o modelo indicado de veículos a serem utilizados e a vida útil. Além disso, são tratadas questões de inspeção e vistoria, especificação dos fabricantes, cadastramento e comunicação visual.

1.1. Condições Gerais

A Lei Geral do Transporte Público do Município de Dois Vizinhos, nº2.280/2019, na Seção VI, dos Veículos de Transporte, dispõe as seguintes regulamentações:

Seção VI – DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE

Art. 34 Serão aprovados para os serviços de Transporte Público Coletivo Regular de Passageiros veículos apropriados às características das vias públicas do Município e que satisfaçam às especificações, normas e padrões técnicos e de segurança estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, no Regulamento do Transporte Coletivo e pela Coordenadoria do Órgão Gestor.

Art. 35 Normas complementares poderão ser estabelecidas pelo Órgão Gestor, definindo as exigências de padrão, dimensões e especificações para veículos destinados aos serviços de Transporte Público Coletivo Regular de Passageiros.

Art. 36 Todos os veículos da frota operacional e frota reserva deverão estar obrigatoriamente cadastrados no Órgão Gestor.

Art. 37 A frota da empresa operadora deverá ser composta de veículos em número suficiente para atender a demanda máxima das linhas que opera, acrescida da frota reserva, equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da frota operacional.

I - A renovação da frota deverá ser procedida no mês do vencimento da vida útil de cada veículo e, quando da expansão do serviço, a complementação deverá ser feita no prazo máximo de 06 (seis) meses.

II - Fica definido que a idade dos veículos em circulação será de, no máximo, até 10 (dez) anos.

Art. 38 Todos os veículos deverão circular equipados com instrumento de medição de velocidade e tempo de registro diário, aferidor e contador de passageiros lacrado, Selo de Vistoria dentro da validade, e demais equipamentos ou instrumentos exigidos pela Coordenadoria do Órgão Gestor, por meio do Regulamento do Transporte Coletivo, Normas Complementares, e de acordo com Resoluções do CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro (DOIS VIZINHOS, 2019).

Os veículos adotados possuem características de acordo com o atendimento das linhas que integram o sistema. As especificações da frota deverão atender às normas NBR

15.570/2021 e NBR 14.022/2011. A frota de ônibus prevista para o início da operação, do novo sistema de Transporte Coletivo Urbano de Dois Vizinhos, inclui:

- **6 ônibus do tipo básico (capacidade de 70 passageiros em pé e sentados) + 1 veículo reserva, também do tipo básico.**

A frota, para o início da operação, é composta por:

7 veículos.

Todos os veículos da frota vinculada à concessão deverão atender às especificações do Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), da Lei nº 10.098/2000 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, que tratam de acessibilidade, e das demais normas pertinentes, inclusive as normativas que constam na Seção VIII, da Acessibilidade, da Lei Geral do Transporte Público do Município de Dois Vizinhos, nº2.280/2019 (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA).

Além disso, deve atender as legislações e normativas estabelecidas ou que vierem a ser determinadas pela concedente ou por outros órgãos competentes, nesses últimos casos, sempre precedido do respectivo estudo de viabilidade técnica e de readequação do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Para o início da operação, **todos os veículos deverão possuir plataforma elevatória**, cumprindo integralmente as normas de acessibilidade, não sendo admitida a utilização de veículos sem plataforma elevatória no decorrer do contrato de concessão.

Todos os veículos deverão dispor obrigatoriamente dos seguintes equipamentos:

- Registrador inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo).
- Equipamento de rastreamento (GPS).
- Sistema de bilhetagem com mecanismo de reconhecimento facial.

Os veículos da frota deverão dispor de tubo de descarga vertical, além de estarem vinculados exclusivamente à concessão do transporte coletivo e devidamente licenciados no município de Dois Vizinhos. Quando em operação, também deverão portar placa lateral junto a porta de embarque, com a devida identificação da linha a qual pertencem, isto é, o seu número de linha e sua denominação.

Ademais, os ônibus deverão portar a identificação do ano de fabricação estampado nas laterais, embaixo da janela do motorista e junto da porta de embarque, seguindo o modelo “ANO/FAB: 2022”, cujo texto deverá ser formatado com a fonte Arial, em Caixa Alta, com a altura de 5 cm e o comprimento total de 35 cm. As cores dos veículos da frota deverão ser definidas pela concedente por meio de norma técnica.

1.2. Modelos de Veículos

O modelo proposto consiste num ônibus do tipo básico, com capacidade máxima de 70 passageiros, com duas portas à direita com degraus, para a operação de linhas de longa distância. As características do ônibus básico são apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Características do ônibus do tipo básico.

Dimensões	
Comprimento	14 + 1 m ⁽¹⁾
Largura	2,6 m
Peso	16,0 t
Características mecânicas	
Transmissão	Mecânica automatizada
Suspensão	Pneumática ou mista
Portas	
Posição	Lado direito
Quantidade	Duas
Vão livre para porta equipada com PEV A, RAV ou PEV B	95,0 cm
Vão livre demais portas	80 cm
Altura do solo para o primeiro degrau	40 ± 4 cm
Largura útil dos degraus	70 cm

Nota: (1) Admite-se comprimento até 15 m, desde que o veículo seja dotado de terceiro eixo de apoio direcional e suspensão dos tipos pneumática ou mista.

Fonte: ABNT (2021)

1.3. Vida Útil

Durante a vigência da concessão, de modo a se iniciar a operação do sistema de transporte, a **idade média da frota operante será de 8 (oito) anos e com idade máxima de 10 (dez) anos.**

1.4. Inspeção e Vistoria

A Lei Municipal nº 2.280 define, na Seção VII da Vistoria, que a frota será vistoriada a cada 12 meses pelo Órgão Gestor, que poderá, a seu critério, reduzir o prazo para vistoria dos veículos. A vistoria deve ser realizada para verificação das condições de segurança, limpeza e comunicação visual, o qual fará a emissão de um certificado de autorização de circulação dos ônibus no sistema. Os procedimentos para as inspeções periódicas estão definidos em legislação e em normas específicas.

O Art. 41 define ainda que após a vistoria, a Coordenadoria do Órgão Gestor, fornecerá um Selo de Vistoria que deverá ser afixado no vértice superior direito do para-brisa

dianteiro, no qual, além dos dados identificadores do veículo, constará data de vistoria e seu prazo de validade.

1.5. Especificação dos Fabricantes

A frota disponibilizada para o sistema deverá obedecer às determinações estabelecidas nos Manuais de Especificação da Frota para ônibus dos fabricantes de chassi e carrocerias, e a pintura deverá ser de acordo com a comunicação visual definida pelo poder concedente.

Os ônibus deverão possuir assentos especiais devidamente identificados (com adesivos indicativos e cores de encosto diferenciadas) para o uso preferencial de gestantes, idosos e pessoas com necessidade especiais, conforme legislação e em normas específicas.

1.6. Cadastramento

No caso da frota a ser adquirida, os licitantes deverão apresentar o cronograma de entrega e o pedido de compra firmado entre a concessionária e os fornecedores. Os licitantes deverão apresentar a frota a ser utilizada na prestação dos serviços mediante preenchimento da Ficha de Cadastro de Ônibus, na qual a mesma deverá ser classificada por características e modelo dos veículos, em uma planilha a ser fornecida pelo Órgão Gestor.

1.7. Publicidade

Fica permitida à concessionária **cessão de até 50% (cinquenta por cento) do espaço do vidro traseiro (*busdoor*) e dos espaços internos cabíveis para veiculação de publicidade privada, sendo necessário encaminhamento prévio dos layouts para aprovação do órgão municipal responsável.** Os espaços restantes são de uso assegurado do Poder Público para divulgação de publicidade institucional da Prefeitura Municipal, com fins sociais, sem ônus desta utilização para o erário público em relação a custos de veiculação.

A permissão de utilização do espaço físico dos ônibus para exposição de publicidade é parte das estratégias de arrecadação do sistema. A fim de contribuir com o custeio do sistema, o total (100%) da receita da publicidade deverá ser pormenorizado e lançados como receita acessória na planilha tarifária mantida pela concessionária, conforme dispõe o Art. 49 da Lei Geral do Transporte Público de Dois Vizinhos, nº2.280, de 2019.

1.8. Comunicação Visual

O Órgão Gestor deverá oficializar a comunicação visual, isto é, a pintura dos e as inscrições nos veículos, através de norma técnica específica até 90 (noventa) dias antes da assinatura dos contratos.

A fim de se aprimorar a comunicação do sistema de transporte coletivo urbano de Dois Vizinhos, propõe-se a adição de um logo do sistema nos veículos do transporte coletivo.

Esse logo é uma adaptação do logo do Plano de Transporte Coletivo de Dois Vizinhos e está apresentado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Logo sugerido para o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Dois Vizinhos.



Fonte: URBTEC™ (2023).